

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2024 - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2024 - FMS

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS TIPO "B" PARA TRANSPORTES DE PACIENTES, ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC.

2. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

2.1. As ambulâncias são veículos extremamente importantes, não só para pessoas que sofreram algum acidente, ou que precisam de transporte hospitalar, mas também para toda a sociedade. Em outras palavras, a ambulância tem uma função social muito importante. Não só apenas hospitais e clínicas médicas precisam utilizar esses veículos, mas também uma variedade de instituições que lidam diretamente com grande número de pessoas, como exemplo, podemos citar as Secretarias de Saúde dos Municípios que prestam atendimento à população.

2.2. Existem alguns tipos de ambulâncias para transportes de pacientes, dentre elas podemos citar as seguintes:

- a. Tipo A: ambulâncias de transportes para pacientes que não apresentam risco de vida iminente;
- b. Tipo B: são denominadas ambulâncias de suporte básico, uma vez que transportam pacientes com risco de vida baixo e são equipadas com materiais de suporte à vida;
- c. Tipo C: ambulâncias de resgates, usadas no atendimento a vítimas de acidentes. São equipadas com equipamentos de resgate mais avançados;
- d. Tipo D: ambulâncias denominadas de suporte avançado a vida. São usadas para atender e transportar pacientes de alto risco em situações de emergência pré-hospitalar ou para transferências entre hospitais que exigem cuidados médicos intensivos.

2.3. Como podemos verificar, diferentemente das Ambulâncias de Tipo C e D, que demandam equipamentos mais avançados e são comumente utilizados no atendimento de pacientes com quadro clínico mais complexos, as ambulâncias do Tipo B são planejadas e adaptadas para o atendimento e transporte de pacientes que se encontram em uma situação clínica pouco complexa, com baixo risco de vida, mas que precisam de transporte imediato para uma unidade hospitalar ou tratamento fora do domicílio.

2.4. Como exemplo de quadro clínico pouco complexo, podemos citar pacientes com distensão muscular, edemas, luxações, pacientes acamados, ou com estado clínico estável para transporte. Para esses tipos de pacientes, que não sofrem grave risco de vida, a Ambulância do Tipo B é extremamente útil, pois é composta pelos seguintes equipamentos:

- Sinalizador Óptico e acústico
- Equipamento de radiocomunicação fixo e móvel
- Maca articulada e com rodas
- Suporte para soro
- Instalação de rede de oxigênio com cilindro
- Cilindro de oxigênio portátil
- Maleta de urgência
- Maleta de parto
- Maletas com medicações

2.5. Além dos equipamentos citados, a Ambulância de Tipo B também é tripulada por dois profissionais especializados em emergências médicas, prontos para dar todo o suporte e tratamento para os pacientes. Ainda, é um veículo fundamental em uma frota de carros especializados no atendimento médico. Através desse veículo é possível aplicar um tratamento eficaz e imediato em pacientes que necessitam desse transporte especializado.

2.6. No momento atual o Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos/SC registrou um

aumento significativo nos transportes de pacientes acamados e ao mesmo tempo imprevisível por esta administração, pois, quando houve a contratação por meio de processo licitatório no ano de 2023, contávamos com uma demanda prevista, o que no decorrer do ano demonstrou-se insuficiente, dado o aumento no número de pacientes necessitando do transporte em ambulâncias do Tipo B. Podemos citar, o aumento de pacientes que realizam tratamento oncológico, hemodiálise, ortopédicos, etc.

2.7. Para se ter uma ideia, são realizadas 03 (três) viagens semanais ao município de Luzerna/SC, para realizar o tratamento de hemodiálise em pacientes, o que acarreta em aproximadamente 2.220 km (dois mil duzentos e vinte quilômetros) rodados. Ainda, podemos citar uma demanda recente de 02 (duas) viagens semanais ao município de Concórdia/SC, para tratamentos de pacientes ortopédicos, que totaliza aproximadamente 2.576 km (dois mil quinhentos e setenta e seis quilômetros) percorridos. Além das viagens citadas, há demanda de viagens para o município de Joaçaba/SC (5 vezes na semana para tratamento oncológico) e Lages/SC (2 vezes na semana). Por fim, outra demanda é a de pacientes que recebem alta do hospital e necessitam de transporte por ambulância, devido a debilidade do seu quadro clínico. Segundo informação prestada pela servidora do Fundo Municipal de Saúde responsável pelas solicitações de ambulância, no mês de maio do corrente ano, até o momento foram realizados o transporte de 26 (vinte e seis) pacientes para diversos municípios do Estado de Santa Catarina, perfazendo o total aproximado de 5.000 km (cinco mil quilômetros) percorridos apenas para esse tipo de paciente, excluídos dessa conta os que necessitam de tratamento fora de seu domicílio, conforme citados acima.

2.8. Considerando que o princípio fundamental que articula o conjunto de leis e normas que constituem a base jurídica da política de saúde e do processo de organização do SUS no Brasil hoje está explicitado no artigo 196 da Constituição Federal (1988), que afirma: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Além da ideia central do direito à saúde

como direito de cidadania, inerente a todos aqueles que sejam brasileiros, por nascimento ou naturalização, a noção de que cabe ao Estado a responsabilidade por promover a saúde, proteger o cidadão contra os riscos a que ele se expõe e assegurar a assistência em caso de doença ou outro agravo à saúde.

2.9. O cumprimento dessa responsabilidade política e social assumida pelo Estado implica na formulação e implementação de políticas econômicas e sociais que tenham como finalidade a melhoria das condições de vida e saúde dos diversos grupos da população. Isto inclui a formulação e implementação de políticas voltadas, especificamente, para garantir o acesso dos indivíduos e grupos às ações e serviços de saúde, o que se constitui, exatamente, no eixo da Política de saúde, conjunto de propostas sistematizadas em planos, programas e projetos que visam, em última instância, reformar o sistema de serviços de saúde, de modo a assegurar a universalização do acesso e a integralidade das ações, ou seja, é direito protegido do cidadão ter acesso a assistência ou neste caso ter acesso ao transporte de ambulância, pois se trata da vida do pacientes.

2.10. Diante de o exposto, justifica-se a contratação do objeto em questão.

3. DO FORNECEDOR E DA JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA

3.1. O fornecedor selecionado para prestação dos serviços foi a empresa **ANJOS DA VIDA GESTÃO DE SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ 13.281.756/0001-06, localizada na Rua Frei Estanislau Schaette, 1022, sala 01, Bairro Água Verde, cidade de Blumenau/SC, CEP 89.037-002.

3.2. A empresa atua no ramo de atividade do objeto e apresentou o menor preço entre os fornecedores consultados.

3.3. Ademais, a empresa apresenta toda a documentação referente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeiro e técnica para prestação do serviço

4. DO VALOR E JUSTIFICATIVA

4.1. No que se refere à justificativa do preço, foi devidamente precedido de cotação de preços, em consonância com o art. 23, §1º, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021 e art. 6º, inciso IV, do decreto municipal nº 9384/2023, considerando-se assim, os valores praticados pelo mercado e compatibilidade para a prestação dos serviços. Ademais, foi selecionada a proposta de menor preço, restando justificado.

4.2. O município pagará, ao prestador de serviços, o valor conforme o que consta na tabela abaixo, perfazendo o valor total de **R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)** para a contratação.

4.3. Tabela dos valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Locação de ambulância tipo (B) com um condutor e um técnico de enfermagem para transporte de pacientes.	36.000	KM	5,00	180.000,00
TOTAL	R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)				

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Orgão:	Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade:	Saúde		
Proj/Ativ.:	Manutenção dos programas CAPS e MAC/FAE		
Despesa:	18	3.3.90.00.00 / 1.500.1002.0002	

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

6.1. A presente dispensa está amparada pelo inciso VIII, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/21:

[...]

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a reconstrução de empresa já contratada com base no disposto neste inciso; [...]

7. DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência da contratação será de 120 (cento e vinte) dias.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Constitui anexo do presente edital, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II - Minuta de Contrato;

9. DA DELIBERAÇÃO

9.1. Nada mais havendo a tratar, e tendo em vista todas as condições apresentadas retro, encerra-se o presente Termo de Dispensa de Licitação. Requer, assim, o devido Despacho para a continuidade da referida contratação, no atendimento dos interesses da Administração Municipal, conforme inciso VIII, Art. 75, da Lei nº 14.133/21.

Sendo desta maneira, assinado pelo responsável da **unidade requisitante** e pela **autoridade superior**, para que produzam seus efeitos legais.

Campos Novos/SC, 28 de maio de 2024.

VINICIUS SERENA
Secretário Municipal de Saúde
Município de Campos Novos

Desta feita, **AUTORIZO**, conforme termo de dispensa de licitação 02/2024, a **CONTRATAÇÃO DA EMPRESA, ANJOS DA VIDA GESTÃO DE SAÚDE LTDA, CNPJ 13.281.756/0001-06, PARA CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS TIPO "B" PARA TRANSPORTES DE PACIENTES, ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC.**

Campos Novos, 28 de maio de 2024.

VINICIUS SERENA
Secretário Municipal de Saúde
Município de Campos Novos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2024 - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2024 - FMS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a **CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS TIPO "B" PARA TRANSPORTES DE PACIENTES, ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC**, de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

1.2. Especificação dos Produtos

1.2.1. A especificação dos itens e os quantitativos a serem contratados constam na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Locação de ambulância tipo (B) com um condutor e um técnico de enfermagem para transporte de pacientes.	36.000	KM	5,00	180.000,00
TOTAL	R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)				

1.3. Da classificação do objeto

1.3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 9.382/2023.

1.3.2. O objeto é classificado como bem/serviço de natureza COMUM, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

1.4. Do prazo de vigência

1.4.1. O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da

assinatura do contrato.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. As ambulâncias são veículos extremamente importantes, não só para pessoas que sofreram algum acidente, ou que precisam de transporte hospitalar, mas também para toda a sociedade. Em outras palavras, a ambulância tem uma função social muito importante. Não só apenas hospitais e clínicas médicas precisam utilizar esses veículos, mas também uma variedade de instituições que lidam diretamente com grande número de pessoas, como exemplo, podemos citar as Secretarias de Saúde dos Municípios que prestam atendimento à população.

2.2. Existem alguns tipos de ambulâncias para transportes de pacientes, dentre elas podemos citar as seguintes:

- a. Tipo A: ambulâncias de transportes para pacientes que não apresentam risco de vida iminente;
- b. Tipo B: são denominadas ambulâncias de suporte básico, uma vez que transportam pacientes com risco de vida baixo e são equipadas com materiais de suporte à vida;
- c. Tipo C: ambulâncias de resgates, usadas no atendimento a vítimas de acidentes. São equipadas com equipamentos de resgate mais avançados;
- d. Tipo D: ambulâncias denominadas de suporte avançado a vida. São usadas para atender e transportar pacientes de alto risco em situações de emergência pré-hospitalar ou para transferências entre hospitais que exigem cuidados médicos intensivos.

2.3. Como podemos verificar, diferentemente das Ambulâncias de Tipo C e D, que demandam equipamentos mais avançados e são comumente utilizados no atendimento de pacientes com quadro clínico mais complexos, as ambulâncias do Tipo B são planejadas e adaptadas para o atendimento e transporte de pacientes que se encontram em uma situação clínica pouco complexa, com baixo risco de vida, mas que precisam de transporte imediato para uma unidade hospitalar ou tratamento fora do domicílio.

2.4. Como exemplo de quadro clínico pouco complexo, podemos citar pacientes com

distensão muscular, edemas, luxações, pacientes acamados, ou com estado clínico estável para transporte. Para esses tipos de pacientes, que não sofrem grave risco de vida, a Ambulância do Tipo B é extremamente útil, pois é composta pelos seguintes equipamentos:

- Sinalizador Óptico e acústico
- Equipamento de radiocomunicação fixo e móvel
- Maca articulada e com rodas
- Suporte para soro
- Instalação de rede de oxigênio com cilindro
- Cilindro de oxigênio portátil
- Maleta de urgência
- Maleta de parto
- Maletas com medicações

2.5. Além dos equipamentos citados, a Ambulância de Tipo B também é tripulada por dois profissionais especializados em emergências médicas, prontos para dar todo o suporte e tratamento para os pacientes. Ainda, é um veículo fundamental em uma frota de carros especializados no atendimento médico. Através desse veículo é possível aplicar um tratamento eficaz e imediato em pacientes que necessitam desse transporte especializado.

2.6. No momento atual o Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos/SC registrou um aumento significativo nos transportes de pacientes acamados e ao mesmo tempo imprevisível por esta administração, pois, quando houve a contratação por meio de processo licitatório no ano de 2023, contávamos com uma demanda prevista, o que no decorrer do ano demonstrou-se insuficiente, dado o aumento no número de pacientes necessitando do transporte em ambulâncias do Tipo B. Podemos citar, o aumento de pacientes que realizam tratamento oncológico, hemodiálise, ortopédicos, etc.

2.7. Para se ter uma ideia, são realizadas 03 (três) viagens semanais ao município de Luzerna/SC, para realizar o tratamento de hemodiálise em pacientes, o que acarreta em

aproximadamente 2.220 km (dois mil duzentos e vinte quilômetros) rodados. Ainda, podemos citar uma demanda recente de 02 (duas) viagens semanais ao município de Concórdia/SC, para tratamentos de pacientes ortopédicos, que totaliza aproximadamente 2.576 km (dois mil quinhentos e setenta e seis quilômetros) percorridos. Além das viagens citadas, há demanda de viagens para o município de Joaçaba/SC (5 vezes na semana para tratamento oncológico) e Lages/SC (2 vezes na semana). Por fim, outra demanda é a de pacientes que recebem alta do hospital e necessitam de transporte por ambulância, devido a debilidade do seu quadro clínico. Segundo informação prestada pela servidora do Fundo Municipal de Saúde responsável pelas solicitações de ambulância, no mês de maio do corrente ano, até o momento foram realizados o transporte de 26 (vinte e seis) pacientes para diversos municípios do Estado de Santa Catarina, perfazendo o total aproximado de 5.000 km (cinco mil quilômetros) percorridos apenas para esse tipo de paciente, excluídos dessa conta os que necessitam de tratamento fora de seu domicílio, conforme citados acima.

2.8. Considerando que o princípio fundamental que articula o conjunto de leis e normas que constituem a base jurídica da política de saúde e do processo de organização do SUS no Brasil hoje está explicitado no artigo 196 da Constituição Federal (1988), que afirma: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Além da ideia central do direito à saúde como direito de cidadania, inerente a todos aqueles que sejam brasileiros, por nascimento ou naturalização, a noção de que cabe ao Estado a responsabilidade por promover a saúde, proteger o cidadão contra os riscos a que ele se expõe e assegurar a assistência em caso de doença ou outro agravo à saúde.

2.9. O cumprimento dessa responsabilidade política e social assumida pelo Estado implica na formulação e implementação de políticas econômicas e sociais que tenham como finalidade a melhoria das condições de vida e saúde dos diversos grupos da população. Isto inclui a formulação e implementação de políticas voltadas, especificamente, para garantir o

acesso dos indivíduos e grupos às ações e serviços de saúde, o que se constitui, exatamente, no eixo da Política de saúde, conjunto de propostas sistematizadas em planos, programas e projetos que visam, em última instância, reformar o sistema de serviços de saúde, de modo a assegurar a universalização do acesso e a integralidade das ações, ou seja, é direito protegido do cidadão ter acesso a assistência ou neste caso ter acesso ao transporte de ambulância, pois se trata da vida dos pacientes.

2.10. Diante de o exposto, justifica-se a contratação do objeto em questão.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta é a contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para locação de ambulâncias tipo "B" para transportes de pacientes, atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde do município de Campos Novos/SC, por se mostrar mais vantajosa pela expertise em relação a prestação de serviços, além de que a Administração não possui servidores capacitados, nem material e equipamento necessário para a prestação dos serviços.

3.2. Das Entidades Participantes

3.2.1. São entidades participantes do presente certame:

CNPJ	ENTIDADE
08.595.042/0001-24	Fundo Municipal de Saúde

3.3. Da Execução

3.3.1. O início do prazo para execução dos serviços se dará imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da Solicitação de Fornecimento.

3.3.2. A prestação do serviço deverá ocorrer conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos, de acordo com este Termo de Referência.

3.3.3. A prestação do serviço compreende a remoção e transferência de pacientes, para realização de exames em hospitais ou clínicas, em qualquer lugar fora do município de

Campos Novos, seguindo as normas e legislação vigente.

3.3.4. O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos, por meio da solicitante, irá informar suas necessidades para a empresa vencedora deste certame, através do e-mail e/ou outro aplicativo de mensagens que a empresa disponibilizar.

3.3.5. Os serviços serão prestados na Secretaria de Saúde, Av. Caetano Belincanta Neto, Bairro Jardim Bela Vista.

3.3.6. Não haverá a necessidade de servidores do Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos acompanhar e estar presentes nas viagens de transportes de pacientes, devendo assim, a empresa vencedora garantir e fornecer os serviços normalmente.

3.3.7. A solicitação do serviço é prerrogativa e de autonomia da CONTRATANTE, devendo ser atendido pelo CONTRATADO no prazo máximo de 01 (uma) hora.

3.4. Do Recebimento

3.4.1. O recebimento provisório do objeto será de 24 (vinte e quatro) horas, após a conclusão dos serviços.

3.4.2. O recebimento definitivo dar-se-á em 48 (quarenta e oito) horas, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo apostado na nota fiscal, firmado pelo fiscal do contrato.

3.4.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

3.4.3. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, o contratado deverá refazê-los no prazo estabelecido pela Administração, observando as condições estabelecidas para a prestação.

3.4.4. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

3.4.5. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

3.4.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

3.5. Da Subcontratação

3.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Dos documentos de habilitação

- a. Ato constitutivo da empresa, atualizado e devidamente registrado;
- b. Documento de identidade do sócio administrador e/ou procurador;
- c. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;
- d. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- e. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais;
- f. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais - do domicílio ou sede da Proponente;
- g. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- h. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- i. Certidão Negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para entrega das propostas da presente licitação;
- j. Declaração de Idoneidade;
- k. Declaração de Conhecimento aos termos do Edital;
- l. Declaração de que não emprega menores;
- m. Declaração de Inexistência de Servidor Público Municipal;
- n. Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante;
- o. Declaração de Acessibilidade;

p. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

Obs.: As declarações acima, podem ser substituídas por uma única declaração conjunta.

q. Certificado de Registro do Veículo devidamente licenciado em nome da empresa participante.

r. Registro da empresa junto ao conselho regional de medicina – CRM do estado de Santa Catarina;

s. Alvará Sanitário para unidades móveis, expedido pelo Vigilância Sanitária do Município sede da empresa credenciada;

t. Registro ou inscrição da empresa no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – CNES;

u. apresentação de cópia da Carteira de Habilitação do profissional que prestará os serviços.

v. apresentação de cópia de Certificado de Capacitação para condução de veículo de emergência, do profissional que prestará os serviços.

w. Comprovação de conclusão do Ensino Médio e curso regular de Técnico de Enfermagem, através da apresentação de certificado ou diploma de Técnico de Enfermagem, devidamente registrado no Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição, do profissional que prestará os serviços.

x. Comprovação se dará por meio de apresentação de Cópia Autenticada da carteira de trabalho; Contrato de prestação de serviços; "ficha ou livro de registro de empregado"; ou Contrato social, nos casos em que o profissional seja sócio da empresa.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Constituem obrigações da CONTRATADA

a. Após a convocação, realizar a assinatura do contrato no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções previstas;

- b. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- c. Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avançadas;
- d. Manter, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, que incidem na execução do objeto;
- f. Indicar, por escrito, o nome, o telefone e o e-mail do preposto que será responsável por realizar e receber as comunicações do fiscal e/ou gestor do contrato;
- g. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto;
- h. Efetuar o pagamento dos encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes do fornecimento do objeto;
- i. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- j. Responsabilizar-se pelo pagamento dos custos de transporte de materiais, equipamentos, locação/aquisição de materiais ou equipamentos necessários à adequada execução do objeto, assim como das despesas de alimentação, hospedagem e traslado dos funcionários por ela contratados para a prestação dos serviços;
- k. Substituir os equipamentos imediatamente, quando estes apresentarem falhas durante a prestação do serviço;
- l. Fazer uso dos EPI's - equipamentos de segurança obrigatórios para todos os tipos de trabalhos a serem realizados, do tipo específico para cada serviço em observação as respectivas NR's – Normas Regulamentadoras.

- m. Realizar a movimentação e transporte de pacientes com ambulâncias do tipo B, veículos preparados para transportar pacientes com segurança e agilidade.
- n. A contratada deverá garantir o transporte, bem estar e a estabilidade dos pacientes.
- o. Por ser um serviço essencial, deverá ser prestado de forma contínua e ininterrupta.
- p. No caso de defeito na ambulância ou equipamento interno, falta de pessoal (Motorista, Técnico (a) de enfermagem), ou qualquer outro problema que venha a gerar a interrupção do serviço fornecido pela ambulância de plantão, a contratada, deverá imediatamente substituir a ambulância em questão, e/ou pessoal, para que não haja atraso, interrupções ou descontinuidade no transporte dos pacientes.
- q. Os veículos deverão trafegar com vistoria do DETRAN compatível com o tipo de veículo;
- r. Os veículos deverão ser regularmente submetidos a manutenções preventivas e corretivas, no mínimo 1 (uma) vez por mês;
- s. Os veículos deverão ter acessórios obrigatórios (cintos de segurança 3 (três) pontas, extintor estepe, chave de rodas, macaco, triângulo e estepe).

5.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE

- a. Designar servidor para exercer a função de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;
- b. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação do serviço fornecido, para que seja reparado ou corrigido;
- c. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho e comunicar à contratada para que efetue a prestação do serviço;
- d. Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no

Decreto Municipal 9.386/2023, que “Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação de agentes públicos no desempenho de atividades de agente de contratação, membro de comissão de contratação, equipe de apoio, gestor e fiscal do contrato no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional”.

6.2. As comunicações serão realizadas pelo fiscal ou gestor do contrato ao preposto indicado pela contratada.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da prestação de serviço, mediante apresentação da nota fiscal;

7.1.1. Caso o objeto seja recusado por estar em desacordo com as especificações, o prazo para pagamento será contado a partir da data de substituição ou adequação do bem e/ou serviço;

7.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida de acordo com a Solicitação de Fornecimento, indicar o número da Solicitação correspondente, bem como indicar o nome do banco e número da conta bancária para pagamento.

7.2.1. Caso o objeto seja recusado por estar em desacordo com as especificações, ou haja divergência/erro na emissão da nota fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir da data de substituição ou adequação dos mesmos;

7.3. A conta corrente deverá estar em nome da CONTRATADA.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.

7.5. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

7.6. Em caso de atraso no pagamento por parte da Prefeitura de Campos Novos, o valor do

montante será atualizado financeiramente, e acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor–INPC (IBGE), desde a data do seu vencimento até o dia do efetivo pagamento, e será pago por meio de crédito em conta corrente, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

7.7. Para liberação de qualquer pagamento a licitante vencedora deverá apresentar obrigatoriamente juntamente com a Nota Fiscal de Prestação de Serviço, as CND's (Certidão Negativa de Débitos) junto ao FGTS, a União, o Estado e o Município, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

8.1. O futuro contratado será selecionado mediante DISPENSA DE LICITAÇÃO Emergencial, com fundamento no inciso VIII, art. 75, da Lei Federal nº 14.133//2021.

8.2. A comprovação para a contratação emergencial e a justificativa da escolha do fornecedor encontram-se anexadas aos autos.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)**

9.2. O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços realizada nos termos do Decreto Municipal nº 9384/2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da execução do objeto correrão à conta da(s) seguinte (s) rubrica (s) orçamentária (s):

Orgão:	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade:	Saúde



MUNICÍPIO DE
CAMPOS NOVOS
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323
Centro - 89620.000 - Santa Catarina

Proj/Ativ.:	Manutenção dos programaas CAPS e MAC/FAE	
Despesa:	18	3.3.90.00.00 / 1.500.1002.0002

VINICIUS SERENA
Secretário Municipal de Saúde
Município de Campos Novos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2024 - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2024 - FMS
ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO, que entre si celebram a MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, denominado Contratante e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, denominada Contratada, para prestação de serviços e em conformidade com a Dispensa de Licitação n. XXXX – Processo Licitatório n. XXXX.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, entidade Jurídica de Direito Público, cadastrada no CNPJ 82.939.232/0001-74, com sede na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, Centro, cidade de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Secretário de Saúde, Sr. Vinicius Serena, na qualidade de CONTRATANTE, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx inscrita no CNPJ/MF sob o n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, em consonância com as regras gerais da Lei federal n. 14.133/2021, Lei Federal Complementar n. 123 de 17/12/2006, dentre outras cominações legais, ficando justas e acordadas as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE**

AMBULÂNCIAS TIPO "B" PARA TRANSPORTES DE PACIENTES, ATENDENDO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

- 2.1. O início do prazo para execução dos serviços se dará imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da Solicitação de Fornecimento.
- 2.2. A prestação do serviço deverá ocorrer conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos, de acordo com este Termo de Referência.
- 2.3. A prestação do serviço compreende a remoção e transferência de pacientes, para realização de exames em hospitais ou clínicas, em qualquer lugar fora do município de Campos Novos, seguindo as normas e legislação vigente.
- 2.4. O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos, por meio da solicitante, irá informar suas necessidades para a empresa vencedora deste certame, através do e-mail e/ou outro aplicativo de mensagens que a empresa disponibilizar.
- 2.5. Os serviços serão prestados na Secretaria de Saúde, Av. Caetano Belincanta Neto, Bairro Jardim Bela Vista.
- 2.6. Não haverá a necessidade de servidores do Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos acompanhar e estar presentes nas viagens de transportes de pacientes, devendo assim, a empresa vencedora garantir e fornecer os serviços normalmente.
- 2.7. A solicitação do serviço é prerrogativa e de autonomia da CONTRATANTE, devendo ser atendido pelo CONTRATADO no prazo máximo de 01 (uma) hora.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

- 3.1. O valor total previsto para o contrato será de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).
- 3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da prestação de serviço, mediante apresentação da nota fiscal;
- 4.2. Caso o objeto seja recusado por estar em desacordo com as especificações, o prazo para pagamento será contado a partir da data de substituição ou adequação do bem e/ou serviço;
- 4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida de acordo com a Solicitação de Fornecimento, indicar o número da Solicitação correspondente, bem como indicar o nome do banco e número da conta bancária para pagamento.
- 4.4. Caso o objeto seja recusado por estar em desacordo com as especificações, ou haja divergência/erro na emissão da nota fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir da data de substituição ou adequação dos mesmos;
- 4.5. A conta corrente deverá estar em nome da CONTRATADA.
- 4.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.
- 4.7. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 4.8. Em caso de atraso no pagamento por parte da Prefeitura de Campos Novos, o valor do montante será atualizado financeiramente, e acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor–INPC (IBGE), desde a data do seu vencimento até o dia do efetivo pagamento, e será pago por meio de crédito em conta corrente, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

4.9. Para liberação de qualquer pagamento a licitante vencedora deverá apresentar obrigatoriamente juntamente com a Nota Fiscal de Prestação de Serviço, as CND's (Certidão Negativa de Débitos) junto ao FGTS, a União, o Estado e o Município, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

- 5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.
- 5.2. O reajuste poderá ser utilizado na presente contratação, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses do orçamento estimado, caso necessário, mediante a aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro que venha a substituí-lo.
- 5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 5.4. O pedido de reajuste deverá ser pleiteado até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente.
- 5.5. A concessão do reajuste será formalizada por despacho da autoridade competente e registrada no contrato por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 6.1. O início do prazo para execução dos serviços se dará imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da Solicitação de Fornecimento.
- 6.2. A vigência deste Contrato será de 120 (cento e vinte) dias.

CLÁUSULA SÉTIMATA - DA DOTAÇÃO

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Campos Novos, para o exercício de 2024, na classificação a seguir:

Orgão:	Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade:	Saúde	
Proj/Ativ.:	Manutenção dos programas CAPS e MAC/FAE	
Despesa:	18	3.3.90.00.00 / 1.500.1002.0002

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- a. Após a convocação, realizar a assinatura do contrato no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções previstas;
- b. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- c. Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avançadas;
- d. Manter, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, que incidem na execução do objeto;
- f. Indicar, por escrito, o nome, o telefone e o e-mail do preposto que será responsável por realizar e receber as comunicações do fiscal e/ou gestor do contrato;
- g. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto;
- h. Efetuar o pagamento dos encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes do fornecimento do objeto;
- i. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- j. Responsabilizar-se pelo pagamento dos custos de transporte de materiais, equipamentos, locação/aquisição de materiais ou equipamentos necessários à adequada execução do objeto, assim como das despesas de alimentação, hospedagem e traslado dos funcionários por ela contratados para a prestação dos serviços;

- k. Substituir os equipamentos imediatamente, quando estes apresentarem falhas durante a prestação do serviço;
- l. Fazer uso dos EPI's - equipamentos de segurança obrigatórios para todos os tipos de trabalhos a serem realizados, do tipo específico para cada serviço em observação as respectivas NR's – Normas Regulamentadoras.
- m. Realizar a movimentação e transporte de pacientes com ambulâncias do tipo B, veículos preparados para transportar pacientes com segurança e agilidade.
- n. A contratada deverá garantir o transporte, bem estar e a estabilidade dos pacientes.
- o. Por ser um serviço essencial, deverá ser prestado de forma contínua e ininterrupta.
- p. No caso de defeito na ambulância ou equipamento interno, falta de pessoal (Motorista, Técnico (a) de enfermagem), ou qualquer outro problema que venha a gerar a interrupção do serviço fornecido pela ambulância de plantão, a contratada, deverá imediatamente substituir a ambulância em questão, e/ou pessoal, para que não haja atraso, interrupções ou descontinuidade no transporte dos pacientes.
- q. Os veículos deverão trafegar com vistoria do DETRAN compatível com o tipo de veículo;
- r. Os veículos deverão ser regularmente submetidos a manutenções preventivas e corretivas, no mínimo 1 (uma) vez por mês;
- s. Os veículos deverão ter acessórios obrigatórios (cintos de segurança 3 (três) pontas, extintor estepe, chave de rodas, macaco, triângulo e estepe).

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Designar servidor para exercer a função de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;
- 9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.4. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.5. Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital;

9.6. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho e comunicar à contratada para que efetue a entrega do bem ou prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 9.386/2023, que “Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação de agentes públicos no desempenho de atividades de agente de contratação, membro de comissão de contratação, equipe de apoio, gestor e fiscal do contrato no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional”.

10.2. Os representantes da administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º, da Lei n. 14.133/21.

10.3. As decisões que ultrapassem a competência do(s) representante(s) serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências, conforme dispõe o artigo 117, § 2º, da Lei n. 14.133/21.

10.4. A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas pelos servidores _____ indicados pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente e da faculdade de rescisão contratual, o Município poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à Contratada, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previstos no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I. Advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I

do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II. Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

1º) **1% (um por cento)** do valor do contrato ou solicitação de fornecimento por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

2º) **15% (quinze por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

3º) **20% (vinte por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

4º) **30% (trinta por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

- a. dar causa à inexecução total do contrato;
- b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

III. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações

administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos Novos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais sanções.

11.3. As sanções de advertência e inidoneidade não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas e/ou com a Cláusula Penal no caso de rescisão.

11.4. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

11.5. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

11.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A aplicação das sanções impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.8. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.9. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.10. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC) e encaminhado ao Controle Interno do Município para adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso, de reforma de edifício, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

12.3. Os valores deste contrato poderão ser revisados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, devendo nesse caso a CONTRATADA protocolizar o pedido de reequilíbrio nos termos do edital.

12.3.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa.

12.4. A extinção do contrato poderá ser:

12.4.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

12.4.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, desde que haja interesse da

Administração;

12.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.

12.7. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.8. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

13.1. A presente contratação vincula-se ao Processo nº xx/2024 Dispensa de Licitação nº xx/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da comarca de Campos Novos/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

15.2. E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Campos Novos – SC, ____ de _____ de 2024.



MUNICÍPIO DE
CAMPOS NOVOS
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323
Centro - 89620.000 - Santa Catarina

CONTRATANTE:

VINICIUS SERENA
Secretário Municipal de Saúde
Município de Campos Novos

CONTRATADA:

Razão Social da Contratada - CNPJ
Nome do responsável - CPF

Testemunhas: 1ª _____ 2ª _____